

A EDUCAÇÃO JORNALÍSTICA NO MENA

pisando em cascas de ovos

Copyright © 2010
SBPJor / Sociedade
Brasileira de Pesquisa
em Jornalismo

IBRAHIM SALEH
Universidade de Cape Town (UCT)

RESUMO

Um dos cenários mais contraditórios da mídia é o do Oriente Médio e da África do Norte (MENA), o que é um reflexo das suas sociedades contrastantes e agitadas que sofrem os efeitos negativos das democracias impostas e das três síndromes: da doença, da pobreza e do analfabetismo. Usando a metáfora de pisar em cascas de ovos, o autor discute o retrato da perplexidade do MENA, onde as sociedades simplesmente nunca sabem quando vão violar algumas regras desconhecidas, algumas expectativas, e até sofrem mais quando o fazem. Esta retórica faz a ressonância com a maneira em que o público do MENA tem se tornado vítima da Desordem da Personalidade Limite (BPD).

Key-words: Educação para o Jornalismo. Oriente Médio e África do Norte (MENA). Liberdades civis. Sociedades coercitivas. Desenvolvimento nacional.

INTRODUÇÃO

Você poderia ser uma redenção
 Você poderia ser certo alívio
 Você poderia ser um porto seguro
 Você promete acreditar
 Quando lhe conto estas histórias
 Cada dor e a glória conquistada com dificuldade
 São testemunhas de uma vida
 Viva com boas intenções até aqui
 Então me acredite, me cure
 Acredite-me, tudo é verdade.
 -Carrie Newcomer, "*Bearing Witness*" (Testemunhando)

Usando a metáfora de pisar em cascas de ovos, é um retrato da perplexidade do Oriente Médio e da África do Norte (MENA, na sigla em inglês) onde as sociedades simplesmente nunca sabem quando vão violar alguma regra desconhecida, algumas expectativas, e ainda sofrem mais quando o fazem. Esta retórica faz a ressonância com a maneira em que o público do MENA tem se tornado vítima da Desordem da Personalidade Limite (BPD, na sigla em inglês) e frequentemente está sujeito a mudanças

de humor atordoantes e a comportamentos imprevisíveis para substituir os seus problemas internos intermináveis e as preocupações pelo outro (MASON e KREGGER, 1998).

Num momento em que a região árabe tem muito potencial para o desenvolvimento da sua capacidade, os distúrbios sociais, a agitação política e as liberdades civis fracas ainda continuam atormentando a população. O *status* da educação jornalística está baixo, com o povo preocupado com muitas outras questões vitais, e, ainda, essa falta é prejudicial para o envolvimento civil, a ausência de um currículo válido que reflita a diversidade dos vinte e dois países árabes, e também de padrões reais para avaliar criticamente o panorama da educação jornalística.

A educação jornalística atual, em muitas partes da região é o resultado direto da fraca base econômica, do patrocínio político, da fragmentação cultural, da concentração geográfica centralizada, da credibilidade decrescente e do baixo prestígio do jornalismo. Além disso, as leis e os regulamentos não são claros com relação à salvaguarda da educação jornalística e outros valores profissionais (SALEH, 2010). Consequentemente, é racional relacionar os internos problemas sociopolíticos e econômicos com o isolamento externo do mundo, o que caracteriza o currículo híbrido na região árabe. Esta situação se torna ainda mais complexa pela combinação do consumismo pesado, conservadorismo religioso e presença militar que restringiram o papel dos programas jornalísticos a centros de relações públicas (SALEH, 2009).

De fato, o MENA é um dos cenários mais contraditórios da mídia, o que é um reflexo das suas sociedades contrastantes e agitadas que sofrem os efeitos negativos das democracias impostas e das três síndromes: da doença, da pobreza e do analfabetismo.

A democracia é quase um sinônimo de igualdade; entretanto, a elite militar muitas vezes obstrui o reformismo dirigido pelo estado com a desculpa de estar defendendo a liberdade e a eficácia das forças do mercado (SALEH, 2008). Além disso, o cenário do estado, da burguesia e da sociedade civil - todos bem orientados - ou é demolido completamente ou sofre de desigualdade exacerbante. Neste contexto, as políticas são feitas frequentemente no corre-corre, mas a sociedade civil no Oriente Médio e na África também deve ser culpada por sua persistência em ficar à margem ao invés de oferecer à sociedade, através dos seus elementos chaves, uma profunda estimativa daquilo que sabe (AINA, 1997). Assim é muito crucial abrir o caminho para uma liderança de intelectuais públicos, que tenha experiência e conhecimento e faça uso de sua autoridade para desafiar o atual ambiente corrupto.

Preparando o Cenário

Durante a segunda metade do século XX, a região do MENA visou unificar o sistema geral dos seus processos legislativos respectivos, especialmente através da cooperação multilateral dentro da Liga de Estados Árabes. Em 1981, na Segunda Conferência de Ministros de Justiça Árabes em Sana'a, capital do Yemen, a "Estratégia Sana'a" unificou a legislação doméstica através de uma série de códigos integrados, incluindo direito civil, direito processual civil, direito penal, direito processual penal, direito juvenil, os padrões das prisões, o combate aos crimes da tecnologia da informação, e assuntos relacionados com o *status* pessoal e a organização e regulação judiciária (SALEH, 2009).

A Liga de Estados Árabes também formou uma comissão para unificar os termos, as estruturas e os procedimentos legais e judiciais para conseguir um sistema legal mais integrado e harmonizado. Ao mesmo tempo, a fim de implantar as recomendações desta comissão, a Liga de Estados Árabes também estabeleceu o Centro Árabe para Estudos Legais e Judiciais em Beirute, no Líbano.

Por enquanto, há uma desconexão entre a educação jornalística e a governança que podia ter oferecido um modelo local válido ligando a agenda pública, com todas as suas aspirações e disparidades das bases nas sociedades agitadas, com o estado. Isto poderia, em muitas partes da região árabe, ter melhorado a atual governança local fraca. Entretanto, este direito básico precisa da mídia livre e independente e o contexto de uma cultura política adequada para funcionar como catalisador e como refúgio para uma conversa de alto nível, que torne o público árabe politicamente bem informado, engajando-o no processo da tomada de decisão a respeito de seu presente e futuro.

Sem dúvida, isso vem em um momento de real convergência, além de uma globalização emergente da consciência e cultura humana, inclusive dos direitos humanos. Em 1999, o Relatório do Desenvolvimento Humano relata uma "globalização da face humana", particularmente que o desenvolvimento progressivo - o desenvolvimento humano e o desenvolvimento dos direitos humanos - são entrelaçados (RELATÓRIO DO DH 2000). É então impossível avaliar e superar os desafios atuais sem examinar três condições domésticas-chaves: a persistência do grau de democracia, o grau das divisões sociais e o nível de prosperidade econômica.

O desenvolvimento socioeconômico, a mudança cultural emancipável e a democratização constituem uma síndrome de progresso social, uma realidade simples que não foi devidamente abordada por

muitos estudiosos. Dessa maneira, a pedra angular deste trabalho é sua tentativa de ampliar as escolhas humanas, o que aumenta os recursos individuais; valores emancipadores em ascensão fortalecem a orientação subjetiva das pessoas na direção da escolha e a democratização fornece garantias legais da escolha ao institucionalizar o direito de liberdade.

A análise dos dados oriundos do *World Value Surveys* (Levantamentos Mundiais de Valores) demonstra que a ligação entre os recursos individuais, os valores emancipadores e o direito de liberdade é universal em sua presença em todas as nações, regiões e zonas culturais; que esta síndrome de desenvolvimento humano é configurada por um efeito causador dos recursos individuais e dos valores emancipadores nos direitos humanos e que este efeito opera através de seu impacto sobre a integridade das elites, como o fator que faz com que o direito de liberdade seja efetivo.

Precisa-se contextualizar a noção da “Crise de Identidade” que explica o conflito entre o indivíduo e a sociedade, que foi descrito por um dos psicanalistas mais famosos do século XX, Erik Homberger. De um modo geral, a Teoria de Erickson sobre o Desenvolvimento Humano desempenha um papel principal em todos os estudos e as teorias do desenvolvimento humano e psicológico. Assim, ela é usada como uma estrutura ou mapa para compreender e identificar quais são as questões/conflitos não resolvidos que levam ao comportamento atual e preparar para as etapas vindouras.

A hipótese principal aqui é a ligação entre o processo de desenvolvimento em fases e a velocidade e a dinâmica das tendências da mídia na direção do aumento de poder das sociedades civis. Por exemplo, Levy (1967, p. 207) afirma que, “com a passagem do tempo, elas e nós vamos nos parecer mais e mais uns com os outros porque os padrões da modernização fazem com que, quanto mais modernas as sociedades se tornam, mais se pareçam umas com outras.” A modernização através da mídia é um processo irreversível, que não pode ser parado. Então o Oriente Médio não poderá resistir ao ímpeto na direção da modernização global.

Portanto a preocupação básica aqui é com a avaliação do processo da tomada de decisão, além da “midiatização” política ligada ao processo de legitimar e fazer cumprir a regra da lei, e ao mesmo tempo manter as liberdades civis e a governança local nestas sociedades em desenvolvimento.

Esta tese vai junto com a questão de mapear o nível de aval da liberdade de expressão, além da defesa da transparência, diversidade e integração

na Internet, ao mesmo tempo em que faz a cobertura da integração social, da transformação econômica e das questões regionais vitais (tais como a Bacia do Nilo na África e o conflito árabe-israelense no MENA). A velocidade e a dinâmica da convergência da mídia local (Internet) têm que ser dirigidas para a satisfação das necessidades humanas fundamentais, a independência e o desenvolvimento da autonomia da sociedade local, e a melhora na qualidade do meio ambiente.

De fato, nas sociedades coercitivas, onde a civilidade quase não existe, não há líder que goste de ouvir a verdade, e muitas vezes a deixa murmurar apenas fora da nossa consciência, sem escutar ou revisitar as nossas ideias e crenças intactas, embora a nossa atenção cuidadosa e o enfrentamento das nossas preocupações e nossos medos possam levar-nos na direção da sabedoria, saúde e clareza como condição não apenas para a nossa integridade, mas também para o nosso progresso em direção à real governança local.

A falta de um estado bem orientado e da presença da mídia eficaz levará sempre a uma sociedade civil fraca, e geralmente a um tecido social vulnerável que é demolido completamente, ou pelo menos sofre da desigualdade exacerbada. De fato, há um conflito evidente entre a autonomia da sociedade civil e a estrutura da mídia firme por um lado, e o contexto sociopolítico e econômico do Oriente Médio, por outro. Quase sempre, dizer a verdade às autoridades é muito perigoso porque os políticos contradizem a sua preocupação aclamada com a autenticidade. Portanto, a mídia e a comunicação na região sofrem contratempos em muitos aspectos, que variam das finanças aos recursos para a tecnologia, porém o mais importante é o impedimento para a verdadeira funcionalidade da mídia, o que transforma o processo em um jornalismo domesticado ou apenas de notícias de protocolo.

Conforme mencionado no último relatório de *Desenvolvimento Humano: Os Desafios para a Segurança Humana nos Países Árabes* existem diferenças negativas evidentes que indicam uma deterioração no cenário. Neste caso, a mudança institucional média para os países árabes é de -0,02, e não há indícios de qualquer melhora global na governança. Portanto, o período (1996-2007) mostra uma deterioração. Para os países de baixa renda, o desafio da reforma institucional fica na deterioração da Eficácia Governamental, da Estabilidade Política e do Controle da Corrupção, enquanto que para os países com renda média baixa, nota-se uma pequena melhora na estabilidade política, que pode ser explicada pela precariedade inicial desses países (Argélia, Egito e Iraque).

E mesmo nos países com renda média alta, foram registradas as

limitações no indicador da regra da lei, e um progresso muito marginal na “Voz e Responsabilidade”, que permanece uma prioridade significativa para seus esforços de reforma.

Somente os movimentos populares democráticos que surgem de baixo podem oferecer um real avanço na autonomia para sustentar um progresso centrado no povo. Em contraste, os movimentos impostos de cima para baixo sempre sofrem do descontentamento doméstico e da pressão externa. É quase uma regra que estas estruturas são fustigadas pelas crises econômicas e pelas divisões profundas, que significam uma existência curta. Consequentemente, é o desenvolvimento do paradigma humano, ou centrado no povo, que poderia enfatizar o papel do progresso da sociedade civil (KORTEN, 1990; CLARK, 1991).

Barrington Moore (1966, p. 418) afirmou que os residentes das cidades são indispensáveis no crescimento da democracia parlamentar, o que conduz ao simples fato de que sem burguesia, não há democracia. Como a sociedade civil fraca vai dificultar ou até impedir a consolidação democrática, ela precisa de medidas paralelas: a primeira inclui a criação de um ambiente saudável de mudança para inspirar ou revisitar o contrato social entre o governo e o público, e a segunda envolve o avanço constitucional dos direitos humanos e a democratização (SALEH, 2008).

Isto permite que as pessoas compartilhem uma abordagem de baixo para cima ou independente para melhorar a autonomia da sociedade, o que significa certamente uma mescla de um sentido em desenvolvimento de agência ou eficácia por um lado, possibilitando que os grupos carentes influenciem nas decisões que afetam as suas vidas, ao ampliar sua autonomia, seus recursos e sua capacidade. Contudo, o verdadeiro problema é a falta da avaliação ou previsão do *status quo* de quase tudo.

A região precisa de uma governança melhor focada na estipulação das sociedades tornarem-se mais produtivas, salvaguardarem a ordem política pelo fomento de uma estrutura adequada e de leis e administrações calculadas. Porém, na verdade, isto entra em conflito com a realidade sombria da regulamentação desajeitada da sociedade civil por autocratas suspeitos que bloqueiam as iniciativas populares e fazem com que as pessoas fujam para as sociedades subterrâneas que são tanto radicais quanto anárquicas.

Presume-se sempre que a sociedade civil precisa de uma cultura política disciplinada e responsiva que tome as decisões abertamente, e cujos funcionários sejam responsabilizados pelas suas ações. Em consequência, há a necessidade urgente de uma mídia eficaz que monitore o desempenho do governo, divulgue abusos e defenda a

participação da comunidade. Tal estrutura depende de facilidades governamentais proativas e intervenientes, embora estejam em falta na maioria das culturas políticas atuais, independente da vontade e do clima básico sociopolítico e econômico.

“Iniciativas falhas” poderão ser um dos motivos para o que estamos vendo atualmente porque as democracias na região têm sido impostas pelas administrações coloniais ou semicoloniais nos últimos anos do século XIX. Como as potências coloniais transplantaram modelos institucionais das metrópoles para as cidades anfitriãs com uma diversidade de tradições políticas, culturais e linguísticas e uma falta de conexões orgânicas, depois da independência, os regimes militares nas regiões adotaram as mesmas estratégias, os mesmos poderes centralizados e oponentes neutralizados, ignoraram a pobreza espalhada por toda parte e dificultaram a consolidação de estados eficazes. Daí resulta que em muitas sociedades há uma falta de educação adequada, pessoal capacitado limitado, uma erosão drástica dos serviços públicos, uma queda dos salários e um aumento da pobreza da massa, que provocaram a luta pelos recursos escassos que ameaça todo o aparelho do estado na região.

Teoricamente a mídia devia desempenhar um papel crucial no fomento do progresso social, porém apenas teve o papel de promover as vitórias dos estados, especialmente no seu atual controle esmagador mediante o monopólio da mídia (WILCOX, 1982, pp. 200-232), e a prática de todas as suas táticas do ambiente de trabalho hostil através de licenças e subvenções. Consequentemente, na verdade a maioria dos sistemas de mídia segue os “mecanismos patrimoniais”, e a governança está baseada numa panelinha de notáveis regionais e organizacionais (SANDBOOK e BARKER, 1985). Como tal, a maioria das instituições é caracterizada predominantemente pelas manobras de facções, pelas relações clientelistas e pela exclusão da classe média, o que significa uma cadeia de lealdades pessoais e a coerção.

Além disso, o “prebendalismo”, que se refere ao comportamento político em que os indivíduos competem pelas posições no governo para usá-las em proveito pessoal, é muito comum (JOSEPH, 1987, pp. 56-57).

É racional achar que o clientelismo e o prebendalismo se apoiam mutuamente e são interligados. A obtenção e a manutenção de clientes precisam das posições prebendais para assegurar a distribuição do poder e compartilhar os interesses com seus círculos. Neste aspecto, os soberanos inseguros aumentam sua capacidade de recompensar os seus seguidores e de castigar os oponentes reais e potenciais.

Como foi articulado brusca e claramente por Umbadda (1989, p. 22): “A limitação dos postos profissionais mais altos aos parentes ineptos e despreparados e aos partidários políticos leva ao desperdício de talentos e a desmoralização e êxodo dos funcionários competentes.” Este dilema agudo na região é projetado por meio da promoção do desperdício e fomenta incompetência e imprevisibilidade; entretanto, se este patrocínio for reduzido, a ênfase será **direcionada à opressão**. Por exemplo, o Sindicato da Rádio e TV Egípcia (ERTU) impede demissões dos (50.000) funcionários para evitar agitações sociais.

Há uma necessidade urgente de expressar as nossas vozes interiores e terminar a atual autorrejeição, não importa o grau da confusão, autodúvidas ou ambivalência que tenhamos. Percebo os acontecimentos atuais como uma síndrome da Desordem Limite no aparelho da mídia na região. Vejo também uma sociedade civil com poder e uma comunicação saudável como as únicas maneiras de parar de pisar em cascas de ovos!

Este trabalho de pesquisa visa encontrar novas maneiras ou até visitar outros modelos que destacam o papel progressivo da sociedade civil através da mídia que possa permitir que as pessoas compartilhem uma comunicação de baixo para cima capaz de ter ressonância no bem-estar da sociedade.

Como foi mencionado por Achebe (1987, p. 45), o verdadeiro dilema permanece na ambiguidade daquilo que está por cima e daquilo que está por baixo, embora haja um sentido coletivo de estar cheio de tudo, e um sentido crescente de alienação dentro das sociedades na região.

O caminho para alcançar estas metas básicas é difícil, e os autocratas atuais estão sempre lutando e punindo uma tentativa séria de liberar a mídia. Esta situação levou ao deslocamento do público descontente para setores subterrâneos informais, que não são regulados, e atividades ilegais como os diferentes tipos de extremismo, incluindo o tráfico religioso, social e humano.

A região sofre de um fenômeno geral de “crise de governança”, um termo mencionado por Dumont (1996, p. 65) que resultou da abordagem estatal, da frágil classe empresarial nativa e do comprometimento expresso com a igualdade social!

De fato, o patriotismo e a ameaça externa aguda têm substituído a extrema disciplina de uma sociedade forte e vigilante pela autodisciplina da elite racionalista.

Diante do exposto, o trabalho de pesquisa utiliza a metáfora de pisar em cascas de ovos para abordar as questões domésticas chaves da inclusão social, da democracia e do fundo econômico que têm

configurado a natureza da mídia e retratar o seu desempenho com uma síndrome limite.

Tal transição das sociedades de democracia imposta envolve um número de componentes principais como o reconhecimento e manutenção dos direitos civis e políticos e o apoio dos direitos legítimos da oposição, além da estipulação de grupos de interesse.

Tal consolidação democrática envolve o fortalecimento da coerência organizacional, da autonomia e do apoio popular às instituições em dar publicidade ao abuso. Consequentemente, sem uma sociedade civil disposta e capaz de resistir aos sistemas autoritários atuais, haverá apenas uma fachada cosmética projetada para o consumo estrangeiro. O surgimento de uma sociedade civil forte e saudável é uma pré-condição para a organização dos partidos políticos, para um ambiente de livre concorrência e para fazer cumprir a regra da lei. Entretanto, a sociedade civil precisa de uma densa rede de associações autônomas e da construção de um consenso social relativo aos valores democráticos. Uma prioridade é lidar com os intermináveis problemas domésticos que variam das facções em alguns países como o Líbano, ou agitações religiosas no Egito para as questões étnicas e tribais nos Marrocos e no Iraque, o que enfatiza que o endosso pela mídia de tais divisões é mal pensado dentro e fora das sociedades.

Como foi afirmado pelo cientista político e ativista Claude Ake, “os direitos que têm uma verdadeira significância para as nossas vidas são normalmente tomados, não dados com a cooperação dos que estão no poder, porém sem ela, se for necessário” (AKE, 1987, p. 11).

O fortalecimento da sociedade civil através da autonomia coletiva pode ajudar as pessoas a lidar com suas necessidades e problemas prementes por elas mesmas e mobilizar as burocracias governamentais desmoralizadas.

Entre os muitos desafios que a boa governança enfrenta no MENA está a ameaça às estruturas do poder porque os governos regionais querem manter sua manipulação, seu domínio, e nunca permitir qualquer expansão das liberdades civis para assegurar que sejam obedecidos. O motivo é, obviamente, que as pessoas bem informadas são automaticamente investidas com poder e se tornam agentes da mudança nas sociedades (W. Maathain apud TOPOUZIS, 1990, p. 31).

Comentários e Conclusão

O dilema da desigualdade dentro da mesma sociedade é o que considero um novo tipo de colonização pelos Estados Patronais, que

resultou em repercussões graves para o currículo da educação jornalística devido ao processo contínuo de legitimar a coerção, a dominância da política pelas relações públicas e o uso de tabus sociais, que bloqueiam a reportagem investigativa e prendem o campo na armadilha de probabilidades contrastantes e círculos viciosos de liberalização e antiliberalização. Além disso, os ministros de informação, ao longo dos anos, preparam a agenda do estado para controlar os currículos jornalísticos e configurar seu conteúdo, fazendo cumprir leis severas com prisão e violência física. Embora novos meios de expressão tenham proliferado, tais como Internet e outros modos de comunicação móvel, o “Estado Patronal”, através dos ministérios de informação em muitos estados árabes e seu papel orquestrador e sua influência sobre os ministérios de educação superior, tem regulado a liberdade da imprensa e da expressão, bloqueando o ativismo emergente da população crescente de jovens predominantemente pobres e analfabetos, e tem oferecido um currículo jornalístico híbrido pelo prisma da humilhação e do ressentimento individual e coletivo.

É então trivial pensar que a educação jornalística poderia ser uma ferramenta da comunicação sem fortalecê-la com a capacidade de estipular uma boa governança através da assistência efetiva dos governos. Os jornalistas, e muitos alunos do jornalismo, estão muito frustrados com os resultados da má governança.

O recrutamento, a capacitação e os incentivos dos empregados precisam todos de atenção. Não obstante, o imbróglio da governança fraca tem dado munição às duas forças entrincheiradas a favor da censura, dentro do tecido da educação jornalística, isto é, o regime autoritário e a oposição islâmica fundamentalista. Os dois prefeririam silenciar os seus críticos ao provocar reações ultrajantes pelo deslocamento; o regime autoritário desviou a atenção dos fracassos políticos e militares locais e fortaleceu suas credenciais religiosas contra os islâmicos que procuram derrubá-lo.

Acredito que a educação jornalística no MENA somente poderia ser nivelada pela ênfase em duas competências. Primeiro, o foco deveria ser no nível da participação dos cidadãos na vida pública, dentro e fora dos partidos políticos, onde o jornalismo resolve os problemas. O segundo foco deveria ser no engajamento do público nas questões oportunas para fomentar as discussões públicas racionais. Limitar-se aos interesses particulares automotivados nos currículos jornalísticos, ao invés de visar o bem-estar nacional, nunca dará ao público a oportunidade de expressar seus problemas e suas preocupações. Isso sempre deixará

as massas, pelo menos relativamente, sem poder e sem voz. Há uma necessidade urgente de apoiar o processo que promove a mudança e que ajuda a educação e o pensamento crítico, além de outros projetos que ajudam explicitamente as pessoas a aprender a coordenar e organizar a oposição aos interesses adquiridos. Fortalecer as liberdades civis pode gradualmente ajudar a reduzir ou acabar com o controle governamental da mídia pública e do fluxo de informações.

Vale mencionar que o estabelecimento de um novo conjunto de instituições para enfrentar esta realidade, e novos métodos de treinamento para envolver as pessoas no autointeresse e na construção da identidade nacional, poderia acabar com o dilema atual. Mas deve-se dar prioridade a reavaliar o currículo da educação jornalística na região árabe, nas escolas particulares e públicas e nos departamentos de jornalismo, e se esforçar para conquistar o direito legítimo de participação no processo decisório, bem como ajudar aos líderes e tomadores de decisões a implantar a mudança sem tumulto, com uma compreensão progressiva da paz e dos direitos humanos como um caminho para recuperar a identidade e o orgulho árabe.

Concluindo, há um óbvio ambiente robusto que está cheio da concorrência vigorosa das ideias que tentam satisfazer às necessidades do público, mas este contexto envolve a multiplicidade de visões e um lugar para observar o desempenho do governo, além de verificar o nível da corrupção e do comportamento abusivo de diversos componentes da sociedade. Numa democracia bem-sucedida, a mídia normalmente carrega as quatro dimensões da governança: primeira, a *autoridade* das instituições e dos atores dentro da arena para exercer o poder; segunda, a *transparência* do processo da tomada de decisão e as reais decisões tomadas e as ações realizadas; a terceira inclui a *responsabilidade* do governo, seja para com os eleitores, o judiciário, a sociedade civil ou outros atores; e a quarta, a *capacidade* e a *eficácia* das instituições estão refletidas na maneira em que exercem a sua autoridade.

No esquema geral, a mídia nos estados do MENA sofre da falta de capacidade de desempenhar os seus papéis. Além disso, faltam transparência e responsabilidade da mídia, que desconsidera as exigências do público. Consequentemente, para os diversos tipos da mídia de massa, especialmente com os efeitos possíveis da nova mídia, um papel mais eficaz para as organizações da sociedade civil precisa ser desenvolvido.

Há uma frustração pública com os resultados da governança inferior. Além disso, o crescimento econômico e a redução da pobreza continuam

sendo os desafios maiores. Mas além da remuneração, há problemas com a estrutura da gestão, com os recursos humanos, com o quadro de funcionários e com os caminhos da carreira profissional. O recrutamento, a melhoria da capacidade e os incentivos para os empregados – todos precisam de atenção.

| BIBLIOGRAFIA

- Achebe, C. (1987). *Anthills of the Savannah*, London: William Heinemann.
- Aina, T. (1997). "The state and civil society: Politics, government, and social organization in African cities," in C. Rakodi (eds.) *The urban challenge in Africa: Growth and management of its large cities*, Tokyo: United Nations University Press.
- Ake, C. (1987). "The African Context of Human Rights,' *Africa Today*," vol.34, no 1/2, p.5-12.
- "Arab Human Development Reports (AHDRs): Challenges to Human Security in the Arab Countries," UNDP/AHDR calculations based on World Bank Governance Indicators, 2008, <http://www.arab-hdr.org/>
- Clark, J. (1991). *Democratizing Development: the role of Voluntary Organizations*. West Hartford: Kumarian Press.
- Czempiel, E.-O. (1992) "Governance and Democratization," in James N. Rosenau and Ernst-Otto Czempiel (eds) *Governance without Government: Order and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, p250-271.
- Enterline, A. J., & Greig, J.M. (2008). "Against all Odds? The history of imposed democracy and the future of Iraq and Afghanistan," *Foreign Policy Analysis*, 4, 321-347.
- Drotner, K. (1992). "Modernity and Media Panics," in M. Skovmand and K.C. Schröder (eds.) *Media Cultures: Reappraising Transnational Media*. London: Routledge, p42-62.
- Joseph, R. (1987). *Democracy & Prebendal Politics in Nigeria: The Rise and Fall of the Second Republic*. Cambridge: Cambridge Press.
- Korten, D.C. (1990). *Getting to the 21st Century: Voluntary Action & the Global Agenda*. West Hartford: Kumarian Press.
- Levy, M. *Social Patterns and Problems of Modernization*. (Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1967), pp. 189-207.
- Mason, P. T. & and Kreger, R. (1998). *Stop Walking on Eggshells*. Oakland: New Harbinger Publications, Inc.
- Moore, B. (1966). *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World*. Boston: Beacon Press.

- Rosenau, James N. (1992), "Governance, Order and Change in World Politics" in James N. Rosenau and Ernst Otto Czempiel (eds) *Governance without Government: Order and Change in World Politics*, Cambridge: Cambridge University Press, p.1-29.
- Saleh, I. (2008). "Sitting in the Shadows of Subsidization in Egypt: Revisiting the Notion of Street Politics," *Journal of Democracy and Security*, Philadelphia: Routledge, Vol. 4:1-24.
- _____. (2009). "Media Literacy in MENA: Moving Beyond the Vicious Cycle of Oxymora," *Mapping World Media Education Policies, Latin American Scientific Journal of Media Education Comunicar, Comunicar*, Vol. 32, no. 1. (Feb.).
- _____. (2010). "Journalism Education in Egypt: Politically Hazed and Socially Confused", in *Journalism Education in Countries with Limited Media Freedom*, EDITED BY Beate Josephi, Peter Lang Publishing, Inc, NY: USA.
- Skovmand and Kim Schroeder (London: Routledge, 1992), 42-62.
- Sandbrook, J. & Barker, R. (1985). *The Politics of Africa's Economic Stagnation*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Topouzis, D. (1989). "Guinea: Conte's Challenge," *Africa Report*, Vol.34, no.p38-41. Wilcox, D.L. (1982). "Black African States," in J.L. Curry & J.R. Dassin, eds. *Press Control Around the World*, New York: Praeger, p.209-32.
- Topouzis, D. (1990). "Wangari Maathai: Empowering the Grassroots," *Africa Report*, vol.35, no.5, p31-32.
- Umbada, S. (1989). "Economic Crisis in Sudan: Impact and Responses," "Paper Delivered at the *Conference on Economic Crisis and Third World countries*, Kingston, Jamaica, 3-6 April.
- "United Nations Department of Economic and Social Affairs. Division for Sustainable Development," Documents: Sustainable Development Topics. 2009 Retrieved May 12, 2009 from the World Wide Web: http://www.un.org/esa/dsd/resources/res_docusdt.shtml.

Ibrahim Saleh é Coordenador de Comunicação Política no Centro para Estudos de Filmes e Mídia na Universidade de Cape Town (UCT); Presidente da Secção de Pesquisa em Jornalismo e Educação, e Presidente da Comissão de Regionalização e Associação da International Association for Media & Communication Research (Associação Internacional para Pesquisa em Mídia e Comunicação) (IAMCR); Co-fundador do Observatório de Mídia Árabe-Europeia e Organização de Parceiros Globais da Caixa de Compensação para Alfabetização pela Mídia da Aliança da Civilização das Nações Unidas. E-mail: Ibrahim.Saleh@uct.ac.za, lsaleh@aucegypt.edu, jre09is@gmail.com & librasma@gmail.com